

# A Geografia na Contemporaneidade

Ingrid Aparecida Gomes  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes  
(Organizadora)

# A Geografia na Contemporaneidade

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 A geografia na contemporaneidade [recurso eletrônico] / Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (A Geografia na Contemporaneidade; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-018-6

DOI 10.22533/at.ed.186182112

1. Geografia – Educação. 2. Geografia econômica. 3. Geografia humana. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 910

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra *“A Geografia na Contemporaneidade- Geografia Sócioambiental”* aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu I volume, apresenta, em seus 26 capítulos, discussões de diversas abordagens da Geografia humana, com ênfase na educação, comunidades tradicionais e território.

A Geografia física engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, educação, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia física, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras, etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação homem e meio, mas também são incluídos fatores como educação, agroecologia, hidrografia e território.

Neste sentido, este volume é dedicado a Geografia física. A importância dos estudos geográficos dessa vertente, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos Geógrafos e profissionais de áreas afins, em desvendar a realidade dos espaços geográficos.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

## SUMÁRIO

### GEOGRAFIA SÓCIOAMBIENTAL

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
OS DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL DE PARAÍBA DO SUL/RJ QUANTO AO DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	
Gislaini Souza Magdalena Paravidino Vicente Paulo dos Santos Pinto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1861821121</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
A AGROECOLOGIA COMO RESISTÊNCIA CAMPONESA	
Emerson Ferreira da Silva Julie Mathilda Semiguem Pavinato Rafael Lucas Alves Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1861821122</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>26</b>
A AGROECOLOGIA COMO PRÁTICA DO SABER	
Elder Quiuqui Crislândia Reis Brito Gilmário Almeida Valéria Pancieri Sallin Edson Rocha Santos Adão das Neves Pereira Fábio Júnior Braz dos Santos Eni Silva Santiago Celso Luiz Borges de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1861821123</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>35</b>
A PERSPECTIVA INTEGRACIONISTA DA ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGROECOLOGIA	
Andréa Marcia Legnani Fernando José Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1861821124</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>48</b>
AS JORNADAS DE AGROECOLOGIA DA BAHIA COMO ESPAÇO DE ARTICULAÇÕES E RESISTÊNCIAS: UMA ANÁLISE DA QUINTA EDIÇÃO	
Anderson Souza Viana Luzeni Ferraz de Oliveira Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1861821125</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>59</b>
PATRIMÔNIO CULTURAL E NOVAS RELAÇÕES DE GÊNERO: A AGROECOLOGIA E VISIBILIDADE DO TRABALHO FEMININO	
Adilson Tadeu Basquerote Silva Eduardo Pimentel Menezes Rosemy Da Silva Nascimento Morgana Scheller	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1861821126</b>	

**CAPÍTULO 7 ..... 73**

CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES AGROINDUSTRIAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS VINCULADOS À ASSOCIAÇÃO DANDO AS MÃOS NO ESTADO DE MATO GROSSO

[Monalisa Janaya Castelo da Silva Vasconcelos](#)

[Djalma Adão Barbosa Júnior](#)

[José Adolfo Iriam Sturza](#)

**DOI 10.22533/at.ed.1861821127**

**CAPÍTULO 8 ..... 88**

OS TERRITÓRIOS MORAIS DE AGRODIESEL: A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES SUBALTERNAS NO SEMIÁRIDO BAIANO\*

[Maya Manzi](#)

**DOI 10.22533/at.ed.1861821128**

**CAPÍTULO 9 ..... 99**

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL A PARTIR DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: ALTERNATIVA À CRISE ESTRUTURAL?

[Carlos Marcelo Maciel Gomes](#)

**DOI 10.22533/at.ed.1861821129**

**CAPÍTULO 10 ..... 113**

AVALIAÇÃO E COMPARAÇÃO TEMPORAL DA QUALIDADE DA ÁGUA DA BACIA HIDROGRAFICA DO CORREGO SÃO MATEUS INFLUENCIADA PELO ATERRO SANITÁRIO SALVATERRA E PELO DISTRITO INDUSTRIAL PARK SUL

[César Henrique Barra Rocha](#)

[Sanderson dos Santos Romualdo](#)

[Hiago Fernandes Costa](#)

[Bruna Helena Coelho Pereira](#)

[Thiago Willian Lemos Fernandes](#)

[Leonardo Pimenta de Azevedo](#)

[Ana Carolina Nascimento Leão](#)

[Amanda de Sousa](#)

[Antoine Philippe Casquin](#)

**DOI 10.22533/at.ed.18618211210**

**CAPÍTULO 11 ..... 130**

OS FATORES NATURAIS, O USO, A CHUVA E A ENCHENTE NO RIO VERMELHO NA CIDADE DE GOIÁS-GO EM 2001.

[Adriana Aparecida Silva](#)

[Maria Gonçalves da Silva Barbalho](#)

**DOI 10.22533/at.ed.18618211211**

**CAPÍTULO 12 ..... 140**

GEOGRAFIA POLÍTICA DOS RECURSOS HÍDRICOS E REPRODUÇÃO CAPITALISTA: ALGUMAS NOTAS INICIAIS SOBRE A EXPANSÃO DOS HIDRONEGÓCIOS EM MATO GROSSO

[Ivan de Sousa Soares](#)

**DOI 10.22533/at.ed.18618211212**

<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>155</b>
GEOGRAFIA(S) DA PRODUÇÃO DE COCO NO BRASIL: ESPAÇO E TEMPO, TÉCNICA E TERRITÓRIO	
Leandro Vieira Cavalcante	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18618211213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>171</b>
MORFOMETRIA DE BACIAS HIDROGRÁFICAS E SUA RELAÇÃO COM USO DAS TERRAS: CASO DA BACIA DO RIO PARAIBUNA	
Marcos Cicarini Hott	
Ricardo Guimarães Andrade	
Walter Coelho Pereira de Magalhães Junior	
João Cesar de Resende	
Letícia D'Agosto Miguel Fonseca	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18618211214</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>182</b>
LAGOS ARTIFICIAIS E POSSÍVEL INFLUÊNCIA NO CLIMA LOCAL E NO CLIMA URBANO: ESTUDO EM PRESIDENTE EPITÁCIO (SP)	
Marcos Barros de Souza	
Zilda de Fátima Mariano	
Emerson Galvani	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18618211215</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>190</b>
PRODUÇÃO, PATRIMÔNIO E IDENTIFICAÇÃO TERRITORIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: A AGROECOLOGIA E ALTERAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE OS SUJEITOS	
Adilson Tadeu Basquerote Silva	
Eduardo Pimentel Menezes	
Rosemy Da Silva Nascimento	
Morgana Scheller	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18618211216</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>204</b>
PRÁTICAS DO COTIDIANO NAS ÁGUAS DE FRONTEIRA: PESCA, CONTRABANDO E COMIDA	
Paola Stefanutti	
Valdir Gregory	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18618211217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>221</b>
A ATUAÇÃO DOS VENTOS EM PALMAS, TO	
Liliane Flávia Guimarães da Silva	
Lucas Barbosa e Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18618211218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>233</b>
ANÁLISE DO USO E DA COBERTURA DA TERRA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS	
Camila de Moraes Gomes Tavares	
Ricardo Guimarães Andrade	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18618211219</b>	

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>243</b>
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA SUL DO AMAPÁ	
Irenildo Costa da Silva	
Antônio Sérgio Monteiro Filocreão	
Roni Mayer Lomba	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18618211220</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>257</b>
PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA INDICADOR DE QUALIDADE DE TEMPERATURA (iqT) E APLICAÇÃO EM CIDADES PARANAENSES	
Máriam Trierveiler Pereira	
Geórgia Pellegrina	
Odacir Antonio Zanatta	
Marcelino Luiz Gimenes	
Creir da Silva	
Shigetoshi Sugahara	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18618211221</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>269</b>
ANÁLISE METODOLÓGICA E INTERPRETATIVA DE MAPEAMENTO DO RELEVO DE PELOTAS/RS	
Anderson Rodrigo Estevam da Silva	
Moisés Ortemar Rehbein	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18618211222</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>283</b>
BANCO MUNDIAL, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE IRRIGAÇÃO NO NORDESTE DO BRASIL	
Gleydson Pinheiro Albano	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18618211223</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>296</b>
CRÉDITO RURAL COOPERATIVO E DESENVOLVIMENTO LOCAL. ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL (PR)	
Rosecleia Burei Presa	
Pedro Ivan Christoffoli	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18618211224</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>312</b>
GEOTECNOLOGIAS: TÉCNICAS E APLICAÇÕES NA AGROPECUÁRIA	
Marcos Cicarini Hott	
Ricardo Guimarães Andrade	
Walter Coelho Pereira de Magalhães Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18618211225</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>320</b>
ANÁLISES HÍDRICA PARA ALGUMAS CULTURAS NA MICRORREGIÃO VÃO DO PARANÃ – GO	
Luiz Carlos Benicio de Brito	
Diego Simões Fernandes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.18618211226</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>327</b>

## PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA SUL DO AMAPÁ

### **Irenildo Costa da Silva**

Universidade de São Paulo-USP, Faculdade de  
Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
São Paulo – São Paulo

### **Antônio Sérgio Monteiro Filocreão**

Universidade Federal do Amapá-UNIFAP,  
Departamento de Filosofia e Ciências Humanas –  
Professor Permanente do PPGMDR  
Macapá – Amapá

### **Roni Mayer Lomba**

Universidade Federal do Amapá-UNIFAP,  
Departamento de Filosofia e Ciências Humanas –  
Professor Permanente do PPGMDR  
Macapá – Amapá

**RESUMO:** Este artigo objetivou analisar a evolução do Programa de Aquisição de Alimentos e os seus impactos para a agricultura familiar no território da cidadania Sul do Amapá. Para identificação dos números do programa no território foram consultados referenciais de diversas fontes, tais como livros, periódicos, internet, entre outros. A análise da evolução dos números do programa corresponde ao período de 2011 a 2017, aos quais foi possível o acesso. Na investigação de campo houve entrevistas com agricultores durante as ações do Núcleo em Extensão e Desenvolvimento Territorial/UNIFAP. Constatou-se que, independentemente das oscilações nos valores e agricultores

beneficiados pelo PAA no território, o programa é reconhecido pelos agricultores pelos seus resultados positivos ao proporcionar, principalmente, segurança de mercado, a garantia de receber preços compensadores e autonomia em relação aos intermediários.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura familiar. Segurança alimentar. Programa de Aquisição de alimentos.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the evolution of the Food Acquisition Program and its impact on family farming in the territory of South Amapá citizenship. To identify the numbers of the territory program were consulted references from various sources such as books, periodicals, internet, among others. The analysis of the program numbers corresponding to the period 2011-2017, which was possible to access. In the field of research were interviews with farmers during the actions of the core extension and territorial development/UNIFAP. It was found that, regardless of fluctuations in the values and farmers benefited by the PAA in the territory, the program is recognized by farmers for their positive results by providing mainly security market, guaranteed to receive compensatory prices and autonomy in relation to intermediaries.

**KEYWORDS:** Family agriculture. Food safety. Programme Food Acquisition.

## 1 | INTRODUÇÃO

Este artigo é um dos frutos do projeto de pesquisa e extensão *Territórios da cidadania como integração das políticas públicas para reduzir desigualdades: o caso do território Sul do Amapá* aprovado pela chamada CNPq/MDA/SPM-PR, nº 11/2014: apoio à implantação e manutenção de núcleos de extensão em desenvolvimento territorial. O projeto foi executado por pesquisadores da Universidade Federal do Amapá e colaboradores.

Os Núcleos em Extensão e Desenvolvimento Territorial – Nedet, por meio das ações de extensão e pesquisa, são responsáveis pelo assessoramento, acompanhamento e monitoramento das iniciativas de desenvolvimento territorial do ministério do desenvolvimento agrário, com vista à superação das desigualdades de renda e gênero. Uma das atribuições dos núcleos envolve a produção de dados, informações e conhecimentos sobre os programas e políticas do Governo destinadas para os territórios.

Dentre os vários programas e políticas avaliadas e acompanhadas nas ações do núcleo (política de crédito, assistência técnica, política de preços mínimos, entre outros) se destacou para a discussão neste artigo o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, o qual é considerado de grande importância no apoio à comercialização da agricultura familiar com ações de segurança alimentar e nutricional. Foi investigada a execução desse programa no território da Cidadania sul do Amapá e seus impactos socioeconômicos.

A agricultura familiar pode ser definida, segundo Wanderley (2009), como aquela em que a família proprietária dos meios de produção também assume o trabalho na agricultura. O caráter familiar influencia em todo o processo produtivo, pois o fato de uma estrutura produtiva associar família-propriedade-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.

No Amapá, a agricultura familiar é responsável pela produção de grande parte dos alimentos oriundos dos estabelecimentos agropecuários do estado, contribuindo de maneira significativa para o abastecimento do mercado interno. Esta agricultura também desenvolve um papel importante na geração de postos de trabalho no campo, o que contribui para a fixação do homem no meio rural (SILVA e LOMBA, 2014).

O objetivo deste artigo é analisar a evolução do PAA e os seus impactos para a agricultura familiar no território Sul do Amapá. Para a formação teórica da temática abordada e a identificação dos números do programa foram consultados referenciais de diversas fontes, tais como livros, periódicos, internet, entre outros. Quanto à pesquisa de campo, houve a aplicação de formulários junto aos agricultores no ano de 2015, processo que se deu por meio de agendamento com os mesmos.

O artigo está organizado em seis seções, incluídas esta introdução, as considerações finais e as referências. Na seção *Território da Cidadania Sul do Amapá* são apresentadas as características territoriais e socioeconômicas dos municípios que

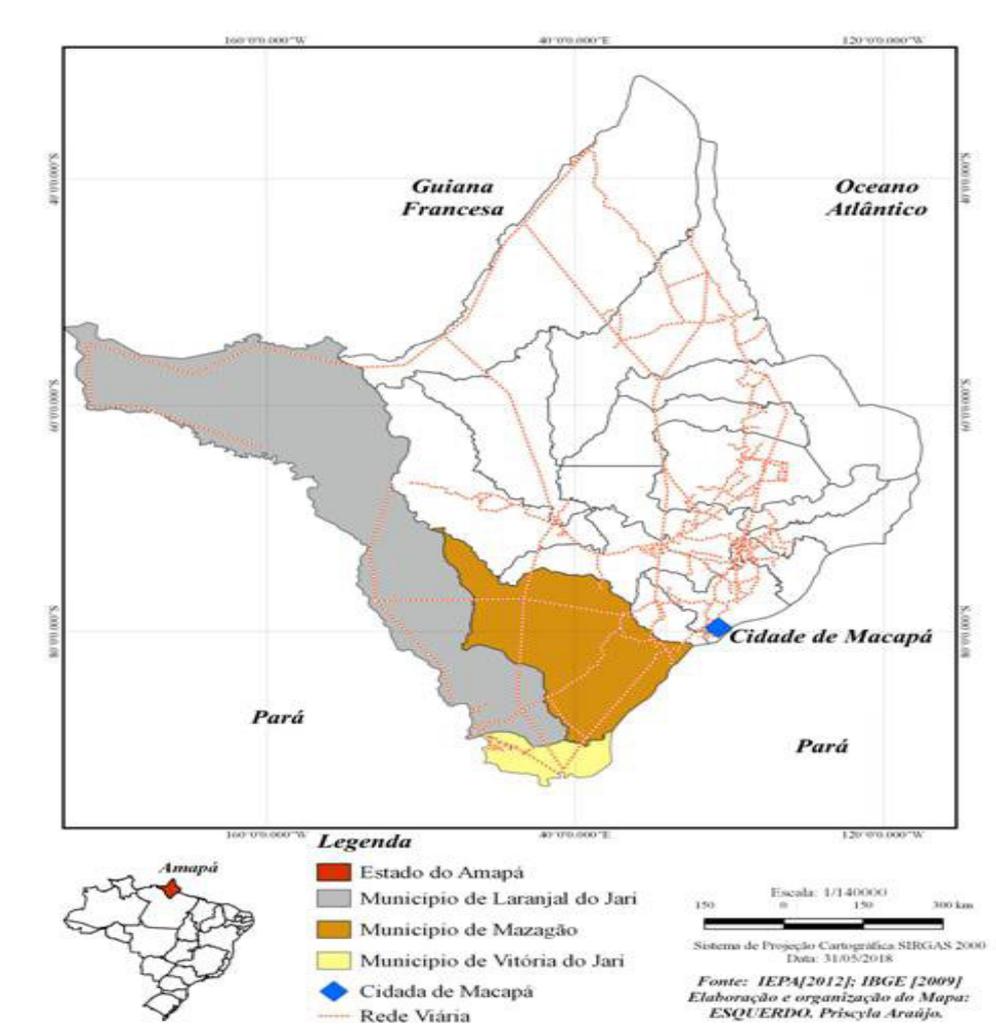
conformam o território Sul do Amapá, assim como a organização das representações no território. Na seção *Programa de Aquisição de Alimentos* é analisado o histórico do PAA e os números desse programa no período de 2011 a 2017 no Brasil. Na seção *o PAA no estado do Amapá e no território da cidadania Sul do Amapá* são analisados os números do PAA no Amapá e no território Sul do Amapá, avaliando os impactos socioeconômicos, as perspectivas e os desafios desse programa no território.

## 2 | TERRITÓRIO DA CIDADANIA SUL DO AMAPÁ

O estado do Amapá se insere na política dos Territórios Rurais no ano de 2005, sendo o Território Centro-Oeste, integrado pelos municípios de Ferreira Gomes, Pedra Branca do Amaparí, Porto Grande e Serra do Navio o primeiro a ser implantado. Em 2006, dois novos territórios rurais foram criados no estado, o Território dos Lagos, formado pelos municípios de Amapá, Pracuúba e Tartarugalzinho e o Sul do Amapá, composto pelos municípios de Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari. No ano de 2007 foi criado o território rural Extremo Norte do Amapá, formado pelos municípios de Oiapoque e Calçoene (BRITO, 2007).

Atualmente, o Amapá possui 4 Territórios, sendo três da cidadania e um rural, os quais envolvem 12 dos 16 municípios que compõem o estado. O estado encontra-se localizado na região Norte do Brasil e possui uma extensão territorial de 142.827,89 km<sup>2</sup>. A sua população é de 669.526 habitantes, dos quais 89,8% residem na cidade e apenas 10,2% no campo. A sua densidade demográfica é baixa, apresentando 4,69 habitantes por km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

O território da cidadania Sul do Amapá é composto por três municípios: Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari (Mapa 1). A superfície desses municípios perfaz uma extensão de 46.787,90 km<sup>2</sup>, representando 32,6% do estado do Amapá. A população no território é de 69.280 habitantes, dos quais 12.858 residem na área rural (IBGE, 2010). Foi criado como território rural em 2006 e transformado em território da cidadania em 2008, quando o Governo identificou que alguns Territórios Rurais se apresentavam economicamente mais fragilizados que outros, necessitando de uma atenção emergencial com ações ainda mais articuladas (DELGADO; LEITE, 2011).



MAPA 1 – Municípios que integram o Território da Cidadania Sul do Amapá.

Fonte: IEPA (2012); IBGE (2009). Elaborado por Priscyla Araújo Esquerdo.

O município de Laranjal do Jari foi criado pela lei federal nº 7.639/1987. A sua área é de 31.170,3 Km<sup>2</sup>, com uma população de 38.170 habitantes e densidade demográfica de 0,89 habitantes por km<sup>2</sup>. Mazagão foi criado em 1890, pela lei estadual (do Pará) nº 226. O município possui área de 13.189,6 Km<sup>2</sup>, com uma população de 16.923 habitantes e densidade demográfica de 0,98 habitantes por Km<sup>2</sup>. Vitória do Jari foi criado pela lei nº 0171/1994. Tem uma extensão territorial de 2.428,0 Km<sup>2</sup> e uma população de 12.296 habitantes, com densidade demográfica de 3,13 habitantes por Km<sup>2</sup>. A economia dos municípios gira em torno de atividades nos três setores (IBGE, 2010).

Na área do Território da Cidadania Sul do Amapá encontram-se reservas extrativistas (RESEC Cajari), assentamentos extrativistas (Maracá I, II, III e Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru), terras indígenas (Terra Indígena Waiãpi, Parque Indígena do Tumucumaque), assentamentos rurais (Assentamento Pancada do Camaipi, Assentamento do Piquiazal, Assentamento Casulo Maria de Nazaré de Souza Mineiro) e unidades de conservação (Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e a Estação Ecológica do Jari).

A política brasileira de desenvolvimento territorial, por meio da Secretaria de

Desenvolvimento Territorial e outros ministérios, tem acumulado um significativo conjunto de ações no território Sul do Amapá, possibilitando uma série de experiências entre as esferas de governo e a sociedade civil na intervenção pública, alinhados na intenção de promover o desenvolvimento sustentável com a superação das desigualdades de renda e gênero.

Os avanços ocorridos no território, de certa forma, têm sido alcançados em decorrência de melhores articulações no processo de gestão, no qual ocorre a participação da sociedade nas propostas de demandas das políticas públicas. Nesse sentido, pode-se considerar a existência do colegiado territorial uma forma inovadora para a discussão das políticas públicas na agricultura familiar ao garantir efetiva participação social. No território, o colegiado é composto de forma paritária entre representantes das entidades públicas e da sociedade civil organizada, totalizando 30 membros, sendo 10 de cada município.

As articulações em colegiado, as quais envolvem uma série de atividades que confluem para o melhor desenvolvimento de programas e políticas públicas no território, tem possibilitado a abertura de espaços para que algumas demandas que outrora não eram atendidas começassem a compor a agenda territorial, como também o fato de que a sociedade acompanhe as ações do governo no território. Com isso, muito dos programas e políticas para a agricultura familiar foram apresentando maiores alcances e acessos, chegando de fato aos sujeitos sociais destinatários, os agricultores.

### **3 | PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA**

O PAA foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Esta lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e regulamentada por diversos decretos, o que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. O PAA integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, instituído pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, e tem como finalidades o incentivo à agricultura familiar e ao consumo de alimentos produzidos por ela, a promoção do acesso à alimentação às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, o abastecimento por meio de compras governamentais, a constituição de estoques públicos, bem como o fortalecimento do cooperativismo e associativismo (CONAB, 2016). É um programa que se insere no marco do “Fome Zero”, lançado pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio do qual o Governo Federal assegura a compra antecipada dos produtos de pequenos agricultores, os quais são destinados aos “beneficiários consumidores” (asilos, creches, albergues, hospitais, etc.) (BRASIL, 2014).

Segundo Grisa e Porto (2015), o PAA promoveu significativas mudanças na perspectiva dos mercados institucionais. É o primeiro programa de compras públicas com uma orientação exclusiva para a agricultura familiar, articulando-a explicitamente

com a segurança alimentar e nutricional. O Programa é destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Em linhas gerais, o PAA compra alimentos e sementes da agricultura familiar e doa para instituições públicas de alimentação e nutrição, entidades da rede socioassistencial, famílias em situação de vulnerabilidade social, e destina para a formação de estoques estratégicos.

Valnier e Ricci (2013) consideram o PAA como um instrumento de desenvolvimento da agricultura familiar, uma vez que a sua utilização ocorre ao final do processo produtivo, no momento em que o agricultor precisa ser recompensado pelos investimentos e pela mão de obra, recebendo por seus produtos preços que lhe permitam reinvestir e custear as despesas de sobrevivência de sua família. Com isso, o agricultor não fica submetido às variações do mercado, em uma eventual queda dos preços de seus artigos. Assim, o programa tem grande importância no apoio aos agricultores no momento mais crítico do processo produtivo, que é a comercialização, com prioridade no fortalecimento dos diversos segmentos que integram a agricultura familiar (MALUF, 2001), a qual representa 84,4% dos 5,17 milhões de estabelecimentos agropecuários nos país (IBGE, 2006).

O PAA promove a aquisição de um conjunto diverso de alimentos, demandados de acordo com projetos estabelecidos com a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, prefeituras ou governos estaduais. Esse processo tem permitido que muitas famílias comercializem uma pauta de produtos extremamente diversificada, o que tem contribuído para o fortalecimento e o resgate da cultura alimentar regional. Uma ampla variedade de produtos pode ser adquirida da mesma unidade familiar, muitos deles produzidos anteriormente sem destinação comercial, restritos aos espaços do consumo familiar e às relações de reciprocidade. Segundo dados de Mielitz (2014), são mais de 400 produtos distintos adquiridos pelo PAA, o que explicita a diversidade produtiva e alimentar abarcada.

De acordo com Siliprandi e Cintrao (2014), não são raros os produtos característicos da produção para o autoconsumo, cultivados em pequenas quantidades em áreas próximas a casa. Em alguns casos o PAA tem criado (ou recriado) formas de escoamento para produtos que estavam à margem dos mercados hegemônicos, que estavam sendo deixados de serem produzidos por muitas famílias, o que significa o resgate de produtos, modos de fazer, receitas e de histórias de pessoas, comunidades e lugares.

Além disso, o PAA estimula a produção agroecológica e orgânica com um sobrepreço de até 30% aos produtos cultivados segundo tais manejos e com o incremento no valor de comercialização por Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP/ano nas modalidades de doação simultânea. Os alimentos são produzidos no local e consumidos, preferencialmente, ali mesmo. Ainda, têm sido crescentes os recursos aplicados na aquisição de produtos da sociobiodiversidade e de sementes crioulas (PORTO et. al., 2014).

Para promover a participação dos agricultores familiares foi permitida a dispensa no PAA de licitações, desde que obedecidas as exigências disciplinadas no artigo 17 da lei 12.512/2011, não podendo os preços ultrapassar os praticados no mercado regional e, também, deverá ser respeitado o valor máximo anual ou semestral para aquisições de alimentos por unidade familiar, cooperativa ou por demais organizações formais da agricultura familiar, conforme definido em regulamento (BRASIL, 2016). Essa inovação institucional foi importante, uma vez que a lei de licitações e contratos administrativos restringia a participação da maioria dos agricultores familiares no mercado institucional dada a concorrência com segmentos empresariais, geralmente organizados a partir de escalas de produção superiores e custos de produção menores.

Após algumas mudanças institucionais, o PAA encontra-se atualmente organizado em seis modalidades, as quais contemplam diferentes formas de relacionamento da agricultura familiar com os mercados (seja em termos de sistemas produtivos seja no que concerne às formas de organização social) e distintas necessidades de promoção e suporte da segurança alimentar e nutricional. As linhas de atuação do PAA são definidas pelo Grupo Gestor, o qual é formado pelos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Fazenda; da Educação e da Secretaria Especial do Desenvolvimento Agrário, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. O Quadro 1 apresenta as distintas modalidades, seus objetivos e formas de atuação.

Compra com Doação Simultânea	Objetiva a compra de alimentos diversos e a doação simultânea a entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição, ou outras finalidades definidas pelo Grupo Gestor. A modalidade pode ser executada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ou Estados ou Municípios, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate A Fome (MDS). Os agricultores podem participar na forma individual ou por meio de cooperativas/associações. Limite por DAP/ano na forma individual: R\$ 6.500,00. Limite por DAP/ano por meio de organização fornecedora: R\$ 8.000,00. Limite por organização/ano: R\$ 2 milhões.
Formação de Estoques	Atua no apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Público. Modalidade executada pela Conab, com recursos do MDS e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Limite por DAP/ano: R\$ 8.000,00. Limite por organização/ano: R\$ 1,5 milhão.
Compra Direta	Visa a compra de produtos definidos pelo Grupo Gestor do PAA com o objetivo de sustentar preços. Modalidade executada pela Conab, com recursos do MDS e MDA. Limite por DAP/ano: R\$ 8.000,00. Limite por organização/ano: R\$ 500 mil.
PAA Leite	Possibilita a compra de leite que, após beneficiamento, é doado aos beneficiários consumidores. É operada por governos estaduais da região nordeste e Minas Gerais, com recursos do MDS. Limite por DAP/semestre: R\$ 4.000,00.
Compra Institucional	Realiza a compra da agricultura familiar por meio de chamada pública, para o atendimento de demandas de consumo de alimentos, de sementes e de outros materiais propagativos, por parte de órgão comprador. Limite por DAP/ano/órgão comprador: R\$ 20.000,00.

Aquisição de Sementes	Visa a compra de sementes, mudas e materiais propagativos para alimentação humana ou animal de beneficiários fornecedores para doação a beneficiários consumidores ou fornecedores. Limite por DAP/ano: R\$ 16.000,00. Limite por organização/ano: R\$ 6 milhões.
-----------------------	---

Quadro 1 – Modalidades, objetivos e formas de execução do PAA em 2014.

Fonte: Grisa e Porto, 2015.

A gestão interministerial define os modos de aquisição dos produtos agrícolas, os preços a serem pagos ao produtor, a seleção das regiões a serem beneficiadas, a formação de estoques públicos, as doações e as vendas dos produtos adquiridos, ou qualquer outra ação. Cabe ao MDS e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, antiga denominação, atualmente Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD, disponibilizar os recursos para a aquisição dos produtos agrícolas.

A compra direta da agricultura familiar é operada pela Companhia Nacional do Abastecimento, sendo executada com recursos do MDS e do MDA. De acordo com Graziano da Silva et. al. (2012), o mecanismo utilizado pelo MDS para a execução do programa é a celebração de convênios com os governos estaduais, prefeituras ou a CONAB, com repasse de recursos aos convenientes, os quais assumem a responsabilidade pela sua operacionalização. A execução do PAA junto aos agricultores fica a cargo dos governos dos estados, dos municípios e da CONAB. Os preços pagos aos agricultores são baseados em preços regionais ou são estabelecidos pelo Grupo Gestor. Compete aos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional o papel de acompanhar a execução do Programa. O Quadro 2 sintetiza por modalidade a fonte de recursos e os executores.

Modalidade	Fonte dos recursos	Executor
Apoio à formação de estoque pela agricultura familiar	MDS/MDA	CONAB
Aquisição de sementes	MDS	CONAB
Compra direta da agricultura familiar	MDS/MDA	CONAB
Incentivo à produção e consumo de leite – PAA leite	MDS	Estados da região Nordeste e norte de Minas gerais.
Compra com doação simultânea	MDS	CONAB, estados e municípios.

Quadro 2 – Fonte de recursos e executores do PAA por modalidade.

Fonte: Brasil/SAGI, 2016.

O Gráfico 1 mostra a evolução de recursos no PAA desde a sua criação, em 2003, até o ano de 2015. Quando consideramos os valores até 2017, constatamos que o menor montante ocorreu neste ano, quando o valor investido foi de aproximadamente R\$ 94 milhões, e o maior teve ocorrência no ano de 2012, com investimentos em torno

de R\$ 838 milhões. No ano de 2016 o valor executado foi em torno de R\$ 191 milhões (CONAB, 2018). Houve crescimento, quase que constante, nos valores de 2003 até 2012, com queda e oscilações no período de 2013 a 2017.

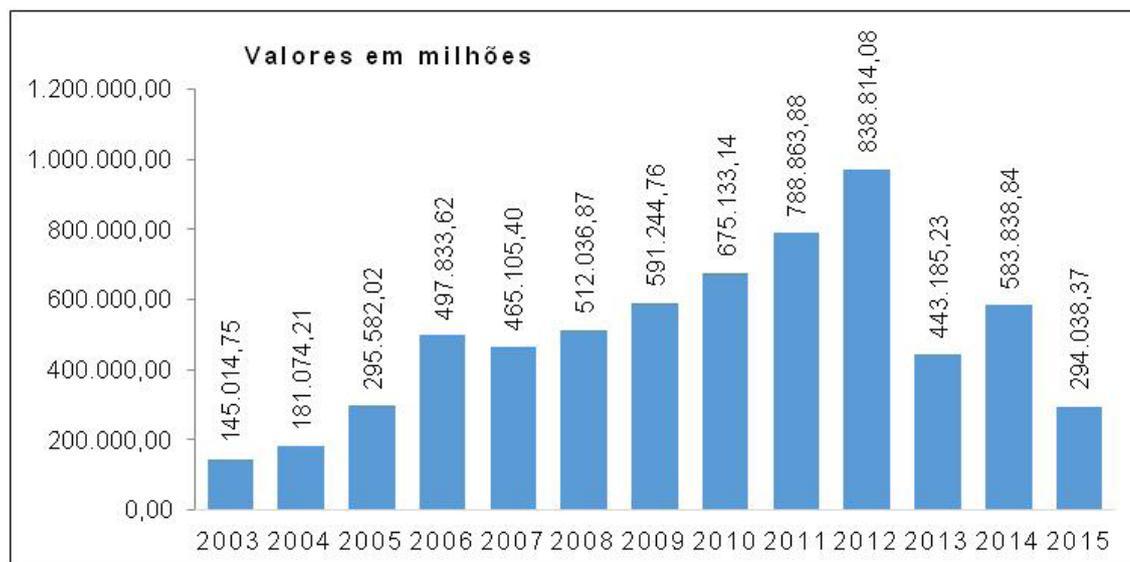


Gráfico 1 – Evolução dos valores do PAA no período de 2003 a 2015.

Fonte: MDS/SAGI, 2016. Org. autores.

Uma das explicações para a baixa execução do programa a partir de 2013 está relacionada a fatores como a redução da demanda de compra direta, cancelamento da formação de estoque com liquidação física, remodelação de, ou criação de novos, normativos e outros fatores que reunidos proporcionaram a queda e oscilações nos valores executados pelo programa. O fato é que os valores, apesar do aparente crescimento na maior parte dos anos, têm ocorridos em ritmo lento diante das demandas dos movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar e das organizações vinculadas à segurança alimentar e nutricional.

No que diz respeito à distribuição dos recursos do PAA entre as regiões brasileiras, se constata que a região nordeste é a que mais tem investimento desse programa se aproximando de 48% do total dos recursos. Uma das explicações para essa concentração de recursos está relacionada a existência da modalidade PAA-leite, direcionada especificamente para essa região e para o norte de Minas Gerais, e aos “princípios criadores do programa” que visam os investimentos em locais com maior incidência de insegurança alimentar e pobreza rural (MIELITZ, 2014). Em segundo lugar na concentração de recursos destaca-se a região sul, sendo seguida pelo sudeste, norte e centro-oeste. Segundo a Conab (2016), a demanda do PAA é variável devido às características próprias de cada região, em termos de organização social local e do acesso à informação por parte dos beneficiários fornecedores ou de suas representações legais.

## 4 | O PAA NO ESTADO DO AMAPÁ E NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA SUL DO AMAPÁ

Ao analisarmos o impacto do Programa de Aquisição de Alimentos no estado do Amapá, considerando o período de 2011 a 2017, se constata que nesse período o programa investiu R\$ 32,9 milhões, sendo o menor valor investido no ano de 2017 (R\$ 1.712.967,85) e o maior no ano de 2014 (R\$ 9.299.916,87). O número de agricultores beneficiados nesse período foi de 6.243 (Tabela 1).

Ano	Agricultores beneficiados	Valores (R\$)
2011	977	2.613.478,85
2012	1.276	4.971.933,57
2013	727	4.541.534,53
2014	1.318	9.299.060,54
2015	636	4.938.916,87
2016	906	4.898.192,05
2017	403	1.712.967,85

Tabela 1 – Valores do PAA e agricultores beneficiados no Amapá no período 2011-2017.

Fonte: MDS/SAGI, 2016; CONAB, 2018.

Sobre a Tabela 01, os números obtidos permitem refletir que, por se tratar de uma agenda específica para a agricultura familiar implantada durante os governos do PT, houve alguns avanços em termos de percentual e valores. Há um avanço de 2012 em relação a 2011 (uma tendência em anos eleitorais), uma redução em 2013, um forte incremento em 2014 (eleição presidencial), redução em 2015, estabilizando em 2016. Em decorrência do *impeachment*, houve a destituição do MDA e a redução geral de recursos para gastos sociais, de tal forma que em 2017 foi o pior ano registrado em termos de valores e beneficiados pelo PAA, o que nos permite interpretar a falta de interesse do Estado em garantir uma política pública que atenda as classes sociais mais pobres.

Quando a análise ocorre no território da cidadania Sul do Amapá, se constata que os valores investidos pelo PAA no período de 2011 a 2017 foram de R\$ 15.063.431,33, beneficiando 2.872 agricultores. Os valores representam em torno de 45% do que foi executado no estado do Amapá e o número de agricultores beneficiados representa 45% do total de beneficiados no estado. O menor valor investido ocorreu no ano de 2015 (R\$ 489.997,50), mesmo ano em que houve o menor número de agricultores beneficiados. Por sua vez, o maior volume de recursos do programa foi investido no ano de 2014 (5.802.948,12), quando também ocorreu o maior número de agricultores beneficiados no território (Tabela 2).

Ano	Agricultores beneficiados	Valores (R\$)
2011	286	648.272,25
2012	322	1.338.923,28
2013	525	3.372.252,44
2014	822	5.802.948,12
2015	65	489.997,50
2016	458	2.489.499,64
2017	214	921.538,10

Tabela 2 – Valores do PAA e agricultores beneficiados no território da Cidadania Sul do Amapá, período 2011-2017.

Fonte: MDS/SAGI, 2016; CONAB, 2018.

Ainda, de acordo com a Tabela 2, apesar da queda nos recursos do PAA em 2017 em relação a 2016, identificamos que o valor de 2017 é maior que os valores 2015 e 2011, os menores indicados na tabela.

Quando se avalia os impactos em termos de recursos e agricultores beneficiados pelo PAA por município que compõe o território da cidadania Sul do Amapá, se constata que Mazagão foi o município que mais recebeu recursos do programa no período de 2011 a 2017 (R\$ 10.392.335,29), sendo seguido por Laranjal do Jari (R\$ 3.798.777,49) e Vitória do Jari (R\$ 1.204.798,55). Na mesma sequência ocorreu a quantidade de agricultores que foram beneficiados por município no período, sendo Mazagão o que mais teve agricultores beneficiados (1.855), seguido por Laranjal do Jari (708) e Vitória do Jari (202) (Tabela 3).

Ano	Mazagão		Laranjal do Jari		Vitória do Jari	
	Agricultores beneficiados	(R\$)	Agricultores beneficiados	(R\$)	Agricultores beneficiados	(R\$)
2011	171	364.888,60	100	215.887,27	15	67.496,38
2012	157	647.523,68	137	585.926,55	28	105.473,05
2013	291	2.140.790,49	256	1.407.968,60	24	155.973,35
2014	633	4.413.951,03	123	860.998,19	66	527.998,90
2015	20	130.000,50	45	359.997,00	53	86.529,31
2016	387	1.973.641,76	47	367.999,88	24	147.858,00
2017	196	721.539,23	0	0	45	199.998,87

Tabela 3 – Valores do PAA e agricultores beneficiados por município que compõe o território Sul do Amapá.

Fonte: MDS/SAGI, 2016; CONAB, 2018.

A Tabela 3 também mostra que no ano de 2015 houve uma redução brusca no volume de valores do PAA executado nos municípios do território da cidadania Sul do Amapá, assim como também a redução de agricultores beneficiados pelo programa.

No ano de 2017 o programa não foi executado no município de Laranjal do Jari. A queda nos números tem como uma das maiores explicativas a conjuntura econômica negativa pela qual tem passado o país.

Constatou-se também que a execução do programa tem ocorrido de forma concentrada no território, com o envolvimento de poucas organizações. Destaca-se nesse processo a Reserva Extrativista do Rio Cajari, onde se verificou grande participação dos agricultores no programa. Em muitas localidades se constatou que desde 2013 muitos agricultores não têm acessado o programa, assim como também se constatou a devolução de recursos para o Governo Federal. Os motivos apontados pelos agricultores foram: a burocracia, o principal, com problemas para o cadastramento via internet, por conta de mudanças no sistema do programa, e a deficiência nos serviços de assistência técnica, o que tem forte impacto negativo para o acesso ao PAA e outras políticas públicas.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela pesquisa em campo se constatou que, independentemente das oscilações nos valores e agricultores beneficiados pelo PAA no território da cidadania Sul do Amapá, o programa é reconhecido pelos agricultores pelos seus resultados positivos ao proporcionar, principalmente, segurança de mercado, a garantia de receber preços compensadores e autonomia em relação aos intermediários.

Ainda, o PAA chegou a estimular muitos agricultores para aumentarem suas produções, uma vez que a comercialização é garantida. Estimulou também a diversidade de produtos cultivados. É por conta disso que muitos agricultores revelaram que o programa, quando não é executado, faz muita falta no território.

Por fim, é salutar concluir que o Programa de Aquisição de Alimentos tem cumprido a função de suprir as necessidades alimentares e nutricionais de populações carentes e, ao mesmo tempo, de exercer importante papel no combate à pobreza rural, induzindo muitos agricultores à prática de sistemas de produção diversificados. No entanto, as perspectivas do PAA são incertas diante do cenário econômico negativo pelo qual passa o Brasil.

## REFERÊNCIAS

BRASIL/MDS. **Programa de Aquisição de Alimentos-PAA**: manual operativo, modalidade compra com doação simultânea, operação por meio de termo de adesão. Brasília-DF, 2014. (versão 1.0).

\_\_\_\_\_. **Programa de Aquisição de Alimentos**: orientações e marco legal, modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA. Brasília-DF, 2016.

BRITO, L. S. B. **Planejamento regional na Amazônia e seus desdobramentos espaciais: o caso**

**do estado do Amapá.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental). Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém-PA, 2007.

Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. **Compêndio de Estudos Conab.** Vol. 1. Brasília-DF, 2016.

\_\_\_\_\_. **Transparência pública do PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos, 2018. Disponível em <<http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta>> acessado em agosto de 2018.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. In: **DADOS** – Revista de Ciências Sociais. Vol. 54, Nº 2, p. 431-473. Rio de Janeiro-RJ, 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n2/v54n2a07.pdf>> acessado em maio de 2016.

FILOCREÃO, A. S. M. **Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia:** as transformações recentes no agroextrativismo do sul do Amapá. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Universidade Federal do Pará/NAEA. Belém-PA, 2007.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Editora da UFRGS. Porto Alegre-RS, 2015.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.E.; DE FRANÇA, C.G. **Fome Zero:** la experiencia brasileña. MDA. Brasília-DF, 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo agropecuário 2006.** Rio de Janeiro-RJ, 2006.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2010.** Disponível em <[www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ap](http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ap)> acessado em maio de 2016.

MALUF, R. S. Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar. In: LEITE, S. **Políticas públicas e agricultura no Brasil.** Editora da UFRGS, p. 145-168. Porto Alegre-RS, 2001.

MIELITZ, C. Dez anos de PAA e a constituição de uma estratégia nacional de segurança alimentar. In: BRASIL/MDS. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos.** p. 31-38. Brasília-DF, 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **PAA Data.** Brasília, 2016. Disponível em <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi\\_paa\\_geral/pg\\_principal.php?url=abertura](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=abertura)> acessado em junho de 2016.

PORTO, S. I.; SOARES, E. S.; SOARES, J. F.; CRUZ, K. C. M. S.; VIEGA, G. L.; VIANA, C. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): dez anos de uma política pública múltipla e inovadora. In: BRASIL/MDS. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos.** p. 19-30. Brasília-DF, 2014.

SILIPRANDI, E.; CINTRAO, R. As mulheres rurais e a diversidade de produtos no Programa de Aquisição de Alimentos. In: BRASIL/MDS. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos.** p. 59-77. Brasília-DF, 2014.

SILVA, I. C.; LOMBA, R. M. O crédito rural na agricultura familiar no Estado do Amapá-Brasil. In: **Informe Gepec.** Vol. 18, nº 2, p. 20-36, jul./dez. Toledo-PR, 2014.

VALNIER, A.; RICCI, F. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise comparativa nos estados de Rondônia e Acre. In: **Campo-Território:** revista de geografia agrária. Vol. 8, nº. 16, p. 198-228, ago. Uberlândia-MG, 2013.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2009.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-018-6

